

ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO - TO PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 001 / 2025

Câmara Municipal de Monte do Carno - TO Aprovedo EM 34 404 19035 Presidente EMENTA: AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO A CELEBRAR CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS OU FINANCEIRAS PARA VIABILIZAR A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E/OU FINANCIAMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E VEREADORES, COM DESCONTO DAS PARCELAS DIRETAMENTE EM FOLHA DE PAGAMENTO, NOS TERMOS DESTA RESOLUÇÃO.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO

CARMO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, previstas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Casa, submete à apreciação do Plenário o seguinte:

- **Art.** 1º Fica a Câmara Municipal de Monte do Carmo autorizada a celebrar convênios com instituições bancárias ou financeiras para possibilitar a concessão de crédito, na modalidade de empréstimos e/ou financiamentos, aos servidores públicos municipais e vereadores, com pagamento mediante desconto direto em folha de pagamento.
- § 1º O limite do desconto em folha de pagamento será, nos casos de financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, de até 40% (quarenta por cento), sobre os respectivos vencimentos, sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou à utilização com a finalidade de saque, também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo.
- § 2º A adesão dos servidores e vereadores a qualquer convênio estabelecido será facultativa e dependerá de autorização expressa do interessado, nos termos da legislação aplicável.
- § 3º O prazo de vigência dos convênios será definido nos instrumentos firmados entre a Câmara Municipal e as instituições financeiras conveniadas.



ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO - TO

- **Art. 2º** A Câmara Municipal de Monte do Carmo e as instituições financeiras conveniadas deverão observar rigorosamente os termos dos convênios firmados, garantindo a transparência e a segurança das operações de crédito realizadas.
- § 1º As instituições financeiras participantes deverão apresentar condições diferenciadas e mais vantajosas para os servidores e vereadores, garantindo taxas de juros reduzidas e prazos adequados ao endividamento responsável.
- § 2º A Câmara Municipal não se responsabilizará por eventuais débitos contraídos pelos servidores e vereadores, limitando-se à realização dos descontos em folha conforme autorizado pelos beneficiários.
- Art. 3º As despesas decorrentes da implementação desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, caso necessário.
 - Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Monte do Carmo, 31 de janeiro de 2025.

APARECIDO GONÇALVES FERREIRA

Presidente

LISON RODRIGUES EDIVIRGES

JEFFERSON NERES DE CARVALHO

Vice - presidente 1º Secretário



ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO - TO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução tem como objetivo autorizar a Câmara Municipal de Monte do Carmo a firmar convênios com instituições financeiras ou bancárias para viabilizar a concessão de empréstimos e/ou financiamentos aos servidores e vereadores, com pagamento por meio de consignação em folha de pagamento.

A medida visa proporcionar melhores condições de acesso ao crédito, com taxas mais atrativas e prazos acessíveis, garantindo maior segurança tanto para os beneficiários quanto para as instituições financeiras envolvidas. A consignação em folha reduz o risco de inadimplência, tornando as condições de financiamento mais vantajosas.

Além disso, a iniciativa não implica em qualquer ônus financeiro para a Câmara Municipal, pois trata-se apenas da intermediação junto às instituições financeiras, sem comprometer os recursos públicos.

Dessa forma, a aprovação deste projeto representa um avanço na valorização dos servidores e vereadores, garantindo-lhes mais facilidade no planejamento financeiro e no atendimento de suas necessidades pessoais.